

Inclusão social? De quem e para quem?

Social inclusion? By whom and for whom?

Silma Peres Cruvinel¹

309

Resumo: A inclusão social refere-se ao processo de garantir que todos os membros de uma sociedade tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades disponíveis, independentemente de suas características pessoais, como etnia, gênero, idade, deficiência, orientação sexual, condição econômica e cultural. No entanto, questionou-se se o Colégio Previsto de Morais tem cumprido seu papel de inclusão além do espaço escolar e como seu projeto político e pedagógico trata esse assunto. Este estudo tem como objetivo principal analisar o projeto político e pedagógico do Colégio Estadual Previsto de Morais para identificar se ações propositivas estão na pauta de atividades dessa instituição de ensino, pois a inclusão social é de responsabilidade de todos os indivíduos e não apenas de um grupo restrito e isolado envolvendo a gestão, coordenação pedagógica ou docentes. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, com coleta de dados na legislação sobre o assunto, livros e revistas científicas. A análise documental foi realizada no projeto político e pedagógico, além de outros documentos oficiais. Os resultados mostraram que o projeto político e pedagógico não contempla ações de inclusão social fora do espaço escolar e é preciso atualizá-lo e inserir ações mais propositivas para que a inclusão seja efetivada.

Palavras-chave: Inclusão social. Projeto político e pedagógico.

Abstract: Social inclusion refers to the process of ensuring that all members of a society have equal access to available resources and opportunities, regardless of their personal characteristics such as ethnicity, gender, age, disability, sexual orientation, economic and cultural condition. However, it has been questioned whether the Previsto de Morais State School has fulfilled its role of inclusion beyond the school environment and how its political and pedagogical project addresses this issue. This study aims to analyze the political and pedagogical project of Previsto de Morais State School to identify whether proactive actions are on the agenda of this educational institution, as social inclusion is the responsibility of all individuals and not just a restricted and isolated group involving management, pedagogical coordination or teachers. For this, a qualitative, bibliographic research was conducted, collecting data from legislation on the subject, books, and scientific journals. Document analysis was carried out on the political and pedagogical project, as well as other official documents. The results showed that the political and pedagogical project does not include social inclusion actions outside the

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad UNADES del Paraguay, reside em Caiapônia, Goiás, Brasil e exerce a função de docente no Colégio Estadual Previsto de Morais. E-mail: silma.cruvinel@gmail.com

Recebido em 01/005/2023

Aprovado em 26/06/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



school environment and it is necessary to update it and insert more proactive actions for inclusion to be effective.

Keywords: Social inclusion. Political and pedagogical project.

INTRODUÇÃO

Este artigo descreveu um dos aspectos do estudo conduzido pela aluna pesquisadora da Universidade del Paraguay (Unades) como parte de sua dissertação de mestrado em Ciências da Educação. A pesquisa examinou vários aspectos relacionados à inclusão social, incluindo o papel do Colégio Estadual Previsto de Moraes na promoção da inclusão e na corresponsabilidade por essa iniciativa.

Ao analisar as possibilidades de inclusão social, percebeu-se que se trata de um assunto amplo, que exige um intenso debate, estudo e interpretação de diversos documentos, além do projeto político e pedagógico da instituição.

Outras pesquisas e documentos mostraram que a temática da inclusão social tem sido discutida em vários países desde as décadas de 70 e 80, provocando reflexões não apenas sobre o papel das escolas, mas também sobre o papel da sociedade como um todo

No Brasil, desde meados de 1985, quando ocorreu o processo de redemocratização do país, acirrou-se os debates sobre a inclusão social, acompanhando as decisões e reflexões ocorridas em outros países do mundo. Uma dessas decisões é resultado das discussões presentes na Declaração de Salamanca em 1994 (SOUSA, 2021).

Diante deste fato, o artigo apresentou como objetivo geral investigar se o colégio Estadual Previsto de Moraes adota políticas e práticas de inclusão social uma vez que a escola é uma instituição importante no processo de inclusão pelo seu papel de proporcionar conhecimentos aos indivíduos. Como objetivos específicos analisar o projeto político e pedagógico da instituição como uma diretriz importante na consolidação da inclusão social; compreender o papel dos sujeitos da instituição sobre sua responsabilidade sobre a inclusão social; propor um diagnóstico para que a instituição possa detectar possíveis barreiras no seu processo de inclusão social.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, com coleta de dados na legislação sobre o assunto, livros e revistas científicas. A análise documental foi realizada no projeto político e pedagógico, além de outros documentos

oficiais.

A importância do estudo se justifica pela necessidade de as instituições de ensino promoverem ações de inclusão que envolvam todos os sujeitos participantes do processo de ensino e aprendizagem. Nenhuma instituição de ensino pode se eximir de adotar práticas de inclusão social e estas devem estar bem claras no projeto político e pedagógico do Colégio Estadual Previsto de Morais.

Nesse sentido, a pesquisa sobre as ações de inclusão social pela instituição é fundamental, pois possibilita a identificação das barreiras e desafios que impedem o acesso e a participação plena de todos os alunos na escola. A partir desse diagnóstico, podem ser planejadas ações específicas para superar essas barreiras e promover a inclusão social de forma efetiva.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE- (BRASIL 2023) revelaram que muitas instituições de ensino do país não incluem em seu projeto político e pedagógico ações voltadas para a inclusão social de forma plena. Essas instituições limitam-se a ações de inclusão apenas para deficientes e dentro do espaço escolar. Portanto, as ações de inclusão social devem contribuir para a conscientização da importância de políticas e práticas de inclusão mais abrangentes e efetivas, capazes de garantir o acesso e a participação plena de todos os alunos na escola.

Embora a pesquisa esteja em andamento, já é possível inferir que existem desafios relacionados às ações de inclusão social e que é necessária uma revisão sistemática do projeto político e pedagógico da escola. É crucial que, nessa revisão, todos os indivíduos envolvidos na escola participem como protagonistas, a fim de elaborar uma proposta mais clara e objetiva para o processo de inclusão social.

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em abordagem qualitativa, seguindo as orientações propostas por Da Silva Gonçalves (2007) em seu artigo "O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico". Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais e educacionais relacionados à inclusão social. O artigo de Da Silva Gonçalves (2007) destaca a importância de uma análise interpretativa e contextualizada dos dados, utilizando técnicas como a revisão bibliográfica, a análise documental e a coleta de dados em legislação, livros e revistas científicas. Ao seguir essa metodologia, foi possível explorar em profundidade o projeto político e pedagógico da instituição, assim como outros documentos oficiais, a fim de compreender o papel do Colégio

Estadual Previsto de Moraes na promoção da inclusão social e propor estratégias para superar possíveis barreiras identificadas.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 Desenvolvimento Histórico da Inclusão Social

A inclusão está inserida historicamente numa discussão atemporal que assumiu importância em todo o mundo. A inclusão na antiguidade pode ser um conceito complexo, uma vez que as sociedades antigas eram bastante diversas e as ideias sobre inclusão variavam amplamente (SOUSA, 2021).

Na Grécia Antiga, por exemplo, a inclusão social era limitada a uma pequena elite masculina de cidadãos gregos. A maioria das pessoas, incluindo mulheres, escravos e estrangeiros, não tinham direitos políticos ou sociais. Embora houvesse algumas exceções, como a possibilidade de certas mulheres ricas participarem da vida pública ou de escravos conseguirem sua liberdade, a inclusão na Grécia Antiga era, em geral, bastante restrita. (SOUSA, 2021; ABREU, 2022)

Já em Roma, a inclusão era um pouco mais ampla. Os romanos tinham um sistema de cidadania que permitia que pessoas de outras regiões se tornassem cidadãos romanos e, assim, tivessem acesso a direitos políticos e sociais. Além disso, os romanos tinham um sistema de leis que protegia os direitos de seus cidadãos e que era aplicado a todos, independentemente de sua origem social. (SOUSA, 2021)

Em outras sociedades antigas, como a egípcia e a chinesa, a inclusão social também variava. No Egito, por exemplo, havia uma classe de escribas que podia ascender socialmente com base em seu mérito e habilidade, independentemente de sua origem social. Na China, o confucionismo valorizava a educação e a meritocracia, o que permitia que pessoas de origens humildes pudessem subir na hierarquia social (MARTINS, 2015).

Dessa forma, a inclusão na antiguidade era um conceito variável e dependia muito da sociedade em questão. Algumas sociedades antigas eram mais inclusivas do que outras, e o acesso a direitos e privilégios podia ser limitado por fatores como gênero, origem étnica ou social (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

A questão da inclusão social dos deficientes na Antiguidade é complexa e varia muito de acordo com a cultura e a época em questão. Em muitas sociedades antigas, os deficientes

eram considerados incapazes e muitas vezes eram marginalizados ou até mesmo sacrificados. No entanto, existem também exemplos de culturas antigas que mostram evidências de preocupação e inclusão com os deficientes (GUGEL, 2015)

Por exemplo, na Grécia Antiga, o filósofo Platão argumentava que os deficientes mentais deveriam receber educação especializada e que aqueles que eram fisicamente deficientes deveriam ter acesso a um cuidado especializado. Em Esparta, por outro lado, bebês com defeitos físicos eram muitas vezes abandonados para morrer, enquanto em Atenas, alguns deficientes eram empregados como músicos ou artistas (GUGEL, 2015).

Na Roma Antiga, existiam leis que garantiam certas proteções e privilégios para os deficientes físicos, como a isenção de certos impostos e a possibilidade de obter uma pensão. No entanto, os deficientes mentais eram frequentemente considerados incapazes e muitas vezes eram abandonados ou deixados à própria sorte (LEITE, 2012).

Já na cultura egípcia antiga, existem evidências de que alguns deficientes eram integrados na sociedade e podiam desempenhar funções importantes, como ministros, chefes de obra e até mesmo faraós. Na verdade, alguns faraós egípcios eram retratados com deformidades físicas em suas estátuas (GUGEL, 2015; LEITE, 2012).

Em outras culturas antigas, como a chinesa e a indiana, os deficientes eram frequentemente vistos como ameaças ou eram marginalizados, embora também existam exemplos de inclusão em certas comunidades (PEREIRA, 2017).

A inclusão social dos deficientes na Antiguidade variou bastante de acordo com a cultura e o período histórico em questão. Enquanto algumas culturas apresentavam preocupações e medidas para incluir os deficientes, outras frequentemente os marginalizavam ou os sacrificavam (GARCIA, 2015).

A civilização humana evoluiu e na Idade Média a inclusão passou a assumir novos significados. Nessa época a sociedade era geralmente dividida em três classes: a nobreza, o clero e os camponeses. A mobilidade social era limitada e a maioria das pessoas permanecia em suas classes sociais de nascimento. As mulheres também eram consideradas inferiores aos homens e tinham poucos direitos (ALONSO, 2015).

No entanto, houve algumas exceções e exemplos de inclusão social na Idade Média. Por exemplo, as cidades medievais forneceram um espaço onde as pessoas de diferentes classes sociais poderiam viver juntas e trabalhar em diferentes profissões. Além disso, algumas ordens religiosas, como os franciscanos e os dominicanos, defendiam a ideia de que todas as pessoas,

independentemente de sua origem social, eram iguais perante Deus. Essas ordens também realizavam obras de caridade e assistência aos pobres, que incluíam a alimentação e o cuidado dos doentes (BRANDENBURG, 2014)

Outra forma de inclusão social na Idade Média foi a possibilidade de ascensão social através da educação. A Igreja Católica, que era uma grande instituição na Idade Média, estabeleceu universidades e escolas, que ofereciam educação para pessoas de diferentes origens sociais. Essas instituições também ajudaram a preservar e transmitir conhecimentos e ideias de outras culturas, como a filosofia e ciência grega (LUCKMEIER, 2014).

A inclusão social na Idade Média foi limitada em muitos aspectos, mas também houve exemplos de mobilidade social, educação e caridade, que ajudaram a tornar a sociedade mais inclusiva em algumas áreas.

A inclusão de deficientes na Idade Média foi bastante limitada, mas ainda havia exemplos de cuidado e assistência por parte da Igreja Católica e de integração em algumas profissões especializadas.

Ordinadamente, a inclusão social passou a ser discutida sob um prisma mais amplo e ao mesmo tempo abarcando todos os indivíduos. O conceito de inclusão social começou a ser discutido a partir do século XVIII, com o surgimento das ideias iluministas que defendiam a igualdade e a liberdade de todos os indivíduos (FIDALDO, 2018). Nesse período, surgiram movimentos sociais que lutavam pela melhoria das condições de vida dos indivíduos, o que contribuiu para o desenvolvimento de políticas públicas que visavam a inclusão social (MARTINS, GIROTO, SOUZA, 2018).

No século XX, com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, a inclusão social passou a ser uma preocupação dos governos, que criaram políticas públicas para promover a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades sociais. Nesse período, surgiram movimentos sociais que lutavam pelos direitos das minorias e pela promoção da diversidade (FIDALGO, 2018).

Atualmente, a inclusão social é um tema muito discutido em todo o mundo, e diversos países têm implementado políticas públicas para promover a inclusão de grupos sociais marginalizados.

No âmbito das pessoas com deficiência houve uma mudança de mentalidade em relação à inclusão social, impulsionada por uma crescente preocupação com a igualdade e a dignidade humana. Esse movimento resultou em um aumento significativo na conscientização e defesa

dos direitos das pessoas deficientes (FIGUEIRA, 2021).

No entanto, apesar desses avanços, ainda há muitos obstáculos a serem superados para a inclusão social completa dos deficientes na Modernidade. É fundamental que haja um comprometimento real por parte da sociedade em garantir a acessibilidade em todos os espaços públicos e privados, além de oportunidades igualitárias em áreas como educação, trabalho e lazer. A conscientização sobre a importância da inclusão também precisa ser disseminada de forma ampla, para que haja uma mudança cultural efetiva em relação à forma como as pessoas com deficiência são vistas e tratadas. Somente assim poderemos alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa para todos.

Compreendendo o contexto histórico da inclusão social, percebe-se que a escola desempenha um papel fundamental na promoção desse processo. Contudo, para que a inclusão social seja efetivamente promovida pela escola, é imprescindível que seus documentos orientadores estabeleçam de forma clara e objetiva quais são as ações que seus membros devem seguir a fim de garantir a inclusão.

1.2 A Inclusão Social e seus Documentos Norteadores

O Brasil apresenta uma das legislações mais modernas no que se refere a inclusão social. Destacaram-se nesse artigo, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 (BRASIL 2015).

A Constituição de 1988 do Brasil é um marco importante para a inclusão social no país, uma vez que estabelece as bases legais para a promoção dos direitos humanos e da igualdade entre os cidadãos. Dentre as disposições relacionadas à inclusão social, podemos destacar na constituição federal (BRASIL, 1988):

No artigo 1º a Constituição estabelece como fundamento da República Federativa do Brasil a cidadania e a dignidade da pessoa humana, valores que devem orientar todas as ações do Estado e da sociedade.

No artigo 3º estabelece os objetivos fundamentais da República a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem-estar de todos os cidadãos.

Já o artigo 5º determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

natureza, garantindo-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

No artigo 6º diz que é dever do Estado garantir o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e à assistência aos desamparados.

Essas disposições estabelecem os princípios fundamentais para a promoção da inclusão social no Brasil, garantindo a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua origem, condição social ou outras características individuais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) contém diversos artigos que enfatizam a importância da inclusão social, sendo o seu artigo 2º o mais relevante nesse sentido. Este artigo estabelece que a inclusão social é uma responsabilidade conjunta do Estado e da sociedade em geral. Essa abordagem colaborativa é fundamental para garantir que todas as pessoas sejam incluídas, independentemente de sua condição social.

O 3º artigo da mesma lei enfatiza os objetivos da educação no Brasil, que incluem a promoção do desenvolvimento integral do aluno, a preparação para a cidadania e a qualificação para o trabalho, entre outros aspectos relevantes. Em particular, a lei destaca a importância da formação dos alunos para a convivência e o respeito mútuo, como parte fundamental da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Já o 4º artigo da LDB apresenta diretrizes fundamentais para a inclusão social na sociedade, enfatizando a igualdade de oportunidades no acesso e permanência na escola, e a eliminação de quaisquer formas de discriminação ou preconceito contra os cidadãos, estas medidas são essenciais para garantir que todos os indivíduos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

A LDB de 1996 coloca a inclusão social como um dos objetivos fundamentais e prioritários da educação no Brasil, com o objetivo de garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário ao conhecimento e às mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Essa abordagem busca promover a igualdade de condições para que cada indivíduo possa contribuir plenamente para a sociedade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) reforça o compromisso do Estado e da sociedade com a promoção da inclusão social e a eliminação de barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na vida em sociedade.

Dentre os artigos desse Estatuto destaca-se o artigo 2º que estabelece que a inclusão é um direito humano fundamental, sendo dever do Estado garantir a igualdade de oportunidades e a acessibilidade para todas as pessoas com deficiência, visando sua plena participação e exercício da cidadania.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a promoção da inclusão social é obrigatória e deve envolver toda a sociedade, não apenas a escola. A lei estabelece que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades e a acessibilidade para todas as pessoas com deficiência, visando sua plena participação e exercício da cidadania em diferentes áreas, como na educação, no trabalho, na saúde, no lazer, na cultura, no desporto e em outras.

A lei que promove a inclusão social, reforça a importância da inclusão como um direito fundamental e estabelece medidas específicas para garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito às diretrizes que norteiam a escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento de grande importância no processo de inclusão social. É importante ressaltar que este não é um documento único e exclusivo, e que os gestores escolares utilizam outros documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras leis presentes na legislação brasileira como referencial para a inclusão.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que tem como objetivo orientar as práticas educativas da escola e nortear a gestão escolar. No processo de inclusão social, o PPP deve ser elaborado de forma a contemplar as diversidades presentes na escola, considerando as necessidades específicas de cada aluno e garantindo o acesso e a permanência de todos na escola.

Nesse sentido, o PPP deve estar alinhado às diretrizes da legislação brasileira sobre a inclusão, estabelecendo metas, objetivos e ações que promovam a inclusão social na escola. Além disso, é importante que o PPP seja construído de forma participativa, envolvendo toda a comunidade escolar, para garantir que as necessidades de todos sejam contempladas no documento.

Durante muito tempo, a escola teve uma preocupação voltada para os alunos com deficiência, desenvolvendo apenas ações assistencialistas e de cuidados. Entretanto, essa visão equivocada de inclusão tem se modificado ao longo dos anos. Atualmente, entende-se que o assistencialismo e o cuidado devem ser complementares às ações de inclusão, que buscam abranger os indivíduos nos seus aspectos mais amplos da sociedade. É fundamental que a escola esteja comprometida em desenvolver um processo educativo inclusivo, que leve em consideração as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo. Para isso, é necessário que sejam adotadas práticas pedagógicas que estimulem o desenvolvimento pleno dos alunos, com o intuito de promover a igualdade de oportunidades e o respeito às diversidades. Dessa forma, a escola se torna um espaço democrático e plural, capaz de acolher e valorizar a diversidade em todas as suas dimensões, promovendo uma inclusão social mais ampla e efetiva (CARVALHO, 2012).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem um papel fundamental na promoção da inclusão social na escola, contribuindo para que gestores, professores e alunos sigam diretrizes menos excludentes. Desde a sua criação em 1975, o Colégio Estadual Previsto de Moraes, localizado em Caiapônia, Goiás, tem se destacado no desenvolvimento de ações coletivas na construção do seu PPP, envolvendo conhecimentos e a participação de toda a sociedade no processo de gestão escolar. Essa abordagem inclusiva permitiu que a escola estivesse mais próxima das necessidades dos alunos, promovendo uma educação de qualidade e contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos na sociedade (PPP, 2022)

Ao analisar o PPP do referido colégio ficou evidente que a participação coletiva na tomada de decisões é fundamental para garantir uma gestão democrática e inclusiva. Quando a comunidade escolar foi convidada a participar desse processo decisório, percebeu-se que os indivíduos expressaram suas opiniões de forma mais clara, suas expectativas e necessidades em relação à escola e à educação em geral.

Essa forma participativa de tomada de decisões contribuiu para uma maior transparência e legitimação das decisões tomadas pela equipe gestora e para uma maior adesão e engajamento dos membros da comunidade escolar nas ações propostas de inclusão social.

Além disso, a participação coletiva promoveu um diálogo e o trabalho colaborativo entre todos os envolvidos na educação, incluindo gestores, professores, alunos, pais e membros da comunidade. Dessa forma, foi possível constatar-se um PPP mais plural, abrangente e alinhado com as demandas e especificidades locais.

Ao analisar o PPP do Colégio Estadual Previsto de Morais percebeu-se claramente a preocupação de seus elaboradores na promoção de uma inclusão que não fosse restrita, mas no seu sentido mais amplo.

A inclusão é aqui discutida num sentido amplo, ou seja, refere-se ao processo de exclusão/inclusão de todas as formas e práticas e não como hegemonicamente vem sendo discutido, no sentido de abordar o conceito de inclusão, a partir de uma das suas formas, que os alunos com necessidades educacionais especiais (PPP, 2022, p. 22).

A realidade social e educacional trouxe um grande desafio para o colégio, que foi o de identificar as diferentes formas de exclusão praticadas na sociedade e, principalmente, na própria instituição. A educação inclusiva não se trata apenas de incluir alunos com deficiência, mas de reduzir todas as pressões e desvalorizações que os alunos sofrem, seja por rendimento escolar, religião, etnia, gênero, classe social, estrutura familiar, estilo de vida ou sociedade em geral.

A proposta do PPP, de forma mais ampla, visou desenvolver uma política de inclusão no ambiente escolar que requer uma compreensão profunda das formas de exclusão que a escola pode gerar e de como essa exclusão se encaixa em um projeto mais amplo de sociedade.

O estudo mostrou ainda que a realidade social, educacional, econômico e cultural dos alunos apresentou um desafio significativo, que consistiu em identificar as diversas maneiras de exclusão, tanto explícitas quanto implícitas, que são praticadas em nossa sociedade, especialmente no Colégio Estadual Previsto de Morais, que é o foco de nossa reflexão.

Os indivíduos participantes da construção do PPP compreenderam que a inclusão social também implica na reestruturação da cultura, das práticas e das políticas educacionais para atender à diversidade de alunos. A educação inclusiva é uma abordagem humanística e democrática que valoriza o indivíduo e suas diferenças, com o objetivo de promover o crescimento, a satisfação pessoal, a autonomia e a inclusão social de todos os alunos.

O PPP do Colégio Estadual Previsto de Morais destacou que o ensino inclusivo não deve ser confundido com a educação especial. Enquanto o ensino inclusivo busca incluir todos os alunos na mesma escola e turma, a educação especial busca fornecer um ambiente de ensino especializado para alunos com necessidades educacionais especiais que não podem ser atendidas nas escolas regulares. Ambas as abordagens têm como objetivo garantir que todos os alunos recebam uma educação adequada e possam atingir seu potencial máximo.

Quando a escola entende a diferença entre essas duas abordagens, pode oferecer suporte

e recursos adequados para atender às necessidades educacionais individuais de cada aluno e promover um ensino de qualidade, equitativo, sem preconceito e sem discriminação.

Durante a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Previsto de Moraes, também foi avaliada a infraestrutura da escola descrita neste documento, para garantir que ela oferecesse condições adequadas para a inclusão de todos os alunos. Atualmente, a instituição está passando por uma reforma em sua estrutura física para garantir que todos os ambientes sejam adaptados de forma igualitária para a inclusão de todos os estudantes.

Durante a análise do PPP, não foi possível perceber uma descrição clara e objetiva das ações voltadas para a inclusão social fora do espaço escolar. Por outro lado, os elaboradores do PPP reconheceram a importância do desenvolvimento de ações e projetos que possam proporcionar aos alunos acesso à infraestrutura disponibilizada pelo município, garantindo a acessibilidade necessária para que os professores possam desenvolver atividades com todos os alunos, independentemente de terem alguma deficiência ou não.

Entendemos que a inclusão social e escolar caminha juntas, além disso a inclusão social também se estende para além do espaço escolar, abrangendo a promoção da igualdade e do respeito às diferenças na sociedade como um todo, o que foi evidenciado no PPP analisado.

A proposta desta análise inclui ações voltadas para a eliminação de barreiras que impedem a inclusão social, reconhecendo que algumas ações específicas são importantes para este processo, como atividades que aproveitem o espaço coletivo disponibilizado para a comunidade escolar, tais como praças, jardins e outros logradouros públicos. No entanto, observou-se que o PPP elaborado não apresenta de forma clara e objetiva medidas e ações voltadas para a inclusão social fora do espaço escolar.

Diante disso, é importante que os elaboradores do PPP, em uma próxima atualização, promovam discussões e proponham medidas e ações mais claras para que o potencial do município de incluir os alunos no contexto urbano possa ser efetivado. Dessa forma, é possível contribuir para que a escola cumpra o papel de agente de inclusão social, não apenas no ambiente escolar, mas também na comunidade em que está inserida.

A proposta desta análise inclui ações voltadas para que barreiras que impedem a inclusão social sejam derrubadas, sabemos que algumas ações específicas são importantes no processo de inclusão social, como por exemplo atividades com aproveitamento do espaço coletivo (praças, jardins e outros logradouros públicos) disponibilizados para a comunidade escolar. A par dessas propostas, os elaboradores do PPP podem numa próxima atualização,

mediante discussões, inserir no PPP medidas e ações mais claras para que esse potencial do município de incluir os alunos no urbano, possam ser realizados.

Recomenda-se que sejam acrescidas ao PPP do Colégio Estadual Previsto de Morais ações mais específicas, envolvendo todos os sujeitos da escola:

A instituição pode oferecer atividades extracurriculares que incluam estudantes com diferentes habilidades e necessidades especiais. Isso pode incluir atividades esportivas, artísticas, culturais e outras atividades que incentivem a interação e a colaboração entre os alunos.

Os alunos podem ser incentivados a participarem de eventos e competições que valorizem a inclusão, como jogos adaptados, competições de teatro ou de dança, entre outros. Também é importante a afirmação de parcerias com organizações e instituições que trabalhem com a inclusão de pessoas com necessidades especiais, oferecendo oportunidades para que os estudantes possam interagir e aprender com essas pessoas.

Essas são apenas algumas das propostas para serem acrescentadas ao PPP, lembrando sempre que devem ser ações coletivas e dentro da realidade de cada aluno. É importante o comprometimento de todos os indivíduos na escolha adequada de ações que possam promover a inclusão social dos alunos desta instituição de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da dissertação, foram identificadas nuances importantes em relação ao Projeto Político e Pedagógico do Colégio Estadual Previsto de Morais. Embora o PPP tenha apresentado importantes conceitos sobre o processo de inclusão, percebeu-se algumas lacunas pontuais, mas que não comprometem a validade do documento, que foi construído com compartilhamento de informações pela coletividade.

É importante lembrar que a inclusão social na escola deve ser um compromisso constante e que a identificação de falhas no PPP é o primeiro passo para a elaboração de políticas mais eficazes e inclusivas.

O estudo realizado no Projeto Político e Pedagógico do Colégio Estadual Previsto de Morais evidenciou a falta de medidas concretas para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. Além disso, sentiu-se a necessidade de um melhor planejamento em relação as ações que poderiam ser desenvolvidas com os alunos fora do espaço escolar e avaliação adequada

para garantir que as políticas inclusivas estejam sendo implementadas de forma efetiva na escola.

É recomendável a parceria com organizações e instituições que trabalham com a inclusão, impedindo a escola de aprender e melhorar a sua abordagem inclusiva.

Dessa forma, apesar das lacunas detectadas pode-se afirmar que o questionamento inicial deste artigo foi respondido de maneira satisfatória e os objetivos alcançados. O PPP do Colégio Estadual Previsto de Moraes contempla as ações necessárias para garantir que seus alunos sejam excluídos no processo de inclusão social. Essa abordagem inclusiva demonstra que a instituição está cumprindo o seu papel na promoção de uma educação que valoriza a diversidade e a igualdade para todos os seus alunos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fabrício Santos Dias. **Diversidade e Inclusão**: O que o contexto histórico-cultural tem a contribuir. São Paulo: CRV, 2022.

BAIÃO, Nuno; PASCOINHO, João. A Influência do Diretor de Escola nas Lideranças Intermediárias ao Nível da Gestão. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 28, jan./mar. 2021. ISSN 1809-1628. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1522>. Acesso em: 05 de jun. 2023.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LUCKMEIER Cristina. **A História Da Inclusão X Exclusão Social Na Perspectiva Da Educação Inclusiva**, 2014. Disponível em <http://www.anais.est.edu.br/index.php/teologiars/article/download/1991/149>. Acesso em: 16 mar 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro e Estatística. Dados econômicos do município**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar 2023.

BRASIL, 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9394/96. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL, 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. LBI 13.146/2015. Brasília: Gráfico do Senado, 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: A Reorganização do Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Editora Mediação, 2012.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em: . Acessos em 05 jun. 2023.

DEMO, P. Aprender com suporte digital- Atividades autorais digitais. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 25, p. 10-94, jul./set. 2020. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1284. Acesso em: 04 mai. 2023.

FIDALGO, Sueli Salles. **A linguagem da exclusão e inclusão social na escola**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2018.

FIGUEIRA, Emílio. **As Pessoas com Deficiência na História do Brasil: Uma trajetória de Silêncio e Gritos**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2021.

GARCIA, Vinícius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em: 16 mar 2023.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 16 mar 2023.

LEITE, Flavia Piva Almeida. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. **Revista de Direito Brasileira**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez 2012.

<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2654>. Acesso em: 16 mar 2023.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da Educação de Pessoas com Deficiência: da Antiguidade ao Início do Século XXI**. São Paulo: Mercado de Letras, 2015.

MARTINS, Sandra; GIROTO, Claudia; SOUZA, Claudio. **Diferentes olhares Sobre a Inclusão**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

MENDES, Amanda Ferreira; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de; POLETT, Lizandro. Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, jan-jul 2023. ISSN 2318-4817. Disponível em: <<http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/125/64>>. Acesso em: 26 jun. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7884019.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 40, 2017. Disponível em: <http://Users/artig/Downloads/admin,+11.pdf>. Acesso em: 15 mar 2023.

PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO (PPP). **Identificação do Colégio Estadual Previsto de Moraes**. 2022. Disponível em: <https://www.seduc.go.gov.br>. Acesso em: 17 mar 2023.

RAMINHO, Edney Gomes; SÍVERES, Luiz. A educação pelo ensino e aprendizado da leitura à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. [05-22], jan-jul. 2023. ISSN 2318-4817. DOI: 10.5281/zenodo.7883969

RAMINHO, E. G.; GONÇALVES, M. C. da S.; FURTADO, A. C. Contribuições da formação para os saberes do professor do século XXI: Um projeto a ser discutido. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp.1, p. e023014, 2022. DOI: 10.30612/eduf.v12in.esp.1.17109. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/17109>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 423-438, 4 maio 2023. Disponível em: < <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/135> >. Acesso em: 26 de jun.2023.

SILVA, Jonecir de Oliveira. Educação Inclusiva: A estranha necessidade de Políticas Para Incluir Pessoas, **Revista da Puc-RS**, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6335/2/475283%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 16 mar 2023.

SOUSA, Ivan Vale. **Educação Inclusiva no Brasil**: Legislação e Contextos. São Paulo: Paco Editorial, 2021.